

**René Remond (org.). Por uma história política.
Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Fundação Getúlio
Vargas, 1997. 472 p.**

Angela Maria Roberti Martins

Por uma história política, obra sob a coordenação do historiador René Rémond, é escrita por diversos autores que se organizaram a partir de um eixo formado pela *Université de Paris-X-Nanterre e a rue de Saint-Guillaume-Institut d' Études Politiques e Fondation Nationale des Sciences Politiques*. Foi editada na França em 1988 e publicada no Brasil somente em 1996.

A análise dos quatorze artigos que compõem o livro demonstra que os autores orientaram-se pelas seguintes diretrizes: a) fazer uma "afirmação coletiva" da história política, enquanto um instrumento decisivo para a explicação do todo social; b) inventariar os mais recentes estudos no âmbito da história política, ressaltando novos objetos e métodos de análise; c) renovar a história política através da redefinição do conceito de político.

Com muita propriedade, Rémond abre o trabalho *historiando* a trajetória da história política em "três momentos sucessivos". Inicialmente, mostra que a história política foi glorificada no século XIX, quando o despertar do nacionalismo tornou o Estado, seus dirigentes e suas instituições políticas o campo predileto de investigação. Em seguida, demonstra que ela foi desprezada à época da *École des Annales*, quando, em nome de uma história total, privilegiava-se a análise dos fenômenos coletivos, dos grupos e das formas de organização econômica e social. E, finalmente, aponta que ela foi recuperada há uns vinte anos quando, aproveitando-se das novas orientações e tendências, realizou uma renovação dos métodos e objetos de investigação, abrindo-se inclusive ao diálogo com outras ciências sociais.

Recurso de socorro? Modismo intelectual? Certamente não, se considerarmos que a renovação da história política foi feita à luz das especificidades históricas de um tempo. Tempo este caracterizado, entre outros, pelo "aumento das atribuições do Es-

tado" e pelo "desenvolvimento das políticas públicas", demonstrando que a história política não se resumia ao Estado e suas instituições, mas que abrangia as massas e as demais organizações da sociedade civil. Sob essa ótica, vê-se que o Estado não é mais o fator determinante da história política, porém, apenas, um elemento integrante das várias facetas que atualmente compõem a história política renovada. Sem dúvida alguma, essa nova perspectiva é revivescente. Rémond, apesar de ainda reconhecer o peso da história política ligada ao Estado, admite a pulverização do político quando reconhece a opinião pública, as eleições, as organizações não-governamentais, os partidos, a linguagem, as relações internacionais como os mais recentes campos de investigação desse campo da história.

Embora percorrendo caminhos diferentes, os autores procuram conferir à história política um novo *status*. Por isso, aglutinam-se justamente em torno da idéia de que o político é a zona de conexão do corpo social. Para o grupo, há uma autonomia e primazia do político, que pode ser corroborada na seguinte afirmativa de Rémond: "...o político existe por si mesmo, ...tem uma consciência própria e uma autonomia suficiente para ser uma realidade distinta". Assim sendo, o político é o lugar de expressão do econômico, do social e do cultural e, como tal, capaz de explicar o processo histórico.

Sob essa égide, o político é extremamente amplo e abrangente, não tendo "fronteiras naturais". Mas, também é "... a coisa mais concreta com que todos se deparam na vida, algo que interfere na sua atividade profissional ou se imiscui na sua vida privada." Tomando por base essa premissa, chega-se à idéia de que o político é um campo autônomo que explica o econômico, o social e o cultural, podendo-se afirmar que o político é quase que indefinido e, como tal, faculta a reunião numa mesma obra de temas que demonstram as várias nuances da história política.

Dessa forma, há uma certa tendência dos historiadores do político em dirigir sua curiosidade histórica, por exemplo, para a opinião pública, as associações em política e a mídia. Os autores que se dedicam a esses temas trabalham o político em termos de relações de poder, não necessariamente ligadas ao Estado, mas

sim relacionadas a outras instituições da sociedade global. Exemplo típico é o caso da opinião pública. Afinal, ela é a manifestação de uma atitude crítica da sociedade na tentativa de intervir na política governamental. Nesse sentido, como diz J. J. Becker, "não existe política que possa se desenvolver por muito tempo...sem vínculos estreitos com as tendências dominantes da opinião pública". Essa relação entre governantes e governados, Estado e cidadãos merece a atenção daqueles que desejam penetrar na fronteira entre poder público e poder privado.

Outro caso característico é o estudo do associacionismo como uma forma de expressão do político. O "historiador da associação" deverá ter em mente que as associações quase sempre são produtos do vácuo deixado pelo poder instituído. E, como tal, são formadoras de opinião, de idéias que evidenciam a separação entre Estado e sociedade; a reflexão e a ação da sociedade sobre ela própria. É um campo de pesquisa extremamente promissor quando se pretende avaliar a capacidade da sociedade administrar seus problemas fora dos canais formais de participação.

Um exemplo ainda mais revelador é a mídia que apesar de não ter um cunho político pode tornar-se um instrumento da política quando assume posturas tendenciosas nas informações que veicula. Para a história política renovada, o estudo da mídia é importante na medida em que se pode depreender uma relação dialética entre mídia e política. A mídia, através da seleção e manipulação da informação, tanto pode colaborar com o sistema político, aderindo ao jogo dos poderosos, quanto pode criar um novo jogo político capaz de influenciar os indivíduos ou até mesmo influir em mudanças sociais, econômicas ou políticas.

Considerando os pressupostos da história política renovada e os espaços que ela agora ocupa, o vocabulário político é outro elemento de ponta a ser investigado. Isto porque ele é pleno de significado e de intencionalidade. O texto político, articulado ou escrito, não é o encadeamento de palavras gramaticalmente colocadas, mas um encadeamento de vocábulos politicamente organizados com intenções definidas para um público-alvo determinado. Pois, como diz Prost "... as maneiras de falar

não são inocentes, relevam estruturas mentais, maneiras de perceber e de organizar a realidade..."

Tão ou mais políticos que esses temas são as eleições e os partidos, assuntos delineados logo no início da obra. O primeiro tema - as eleições - é foco de atenção do próprio Rémond. Neste, o autor destaca a importância de se "... fazer o estudo histórico do comportamento eleitoral...", a partir dos movimentos de opinião, das campanhas eleitorais, das intenções de voto, com vistas a estabelecer a legitimidade do poder instituído.

Nesse mesmo movimento, encontra-se a pesquisa sobre os partidos políticos, cuja característica precípua, segundo Serge Berstein, é mediar as relações entre o discurso político e as necessidades reais das populações. Além disso, os partidos funcionam como uma espécie de termômetro do embate entre as forças conservadoras e as forças de mudança que dominam o cenário político. Para Berstein, um partido é político porque "... é a reunião de homens em torno de um objetivo comum": o poder político, o que pode ser entendido como o poder de uns sobre outros.

Como se vê, o mérito da obra consiste tanto em apontar os caminhos para uma história política renovada, destacando a ampliação do conceito de político, quanto em estender ao campo do político temáticas que a história política tradicional negligenciou até então.

Apesar da renovação apresentada pela história política em termos de objeto de estudo, métodos, perspectivas de análise e interdisciplinaridade, uma leitura atenta dos textos demonstra que esse tipo de história ainda causa celeuma no interior da academia. Quando aponta para a polifonia do conceito de político, a obra abre a possibilidade de uma história política cujos tentáculos seriam capazes de abarcar da sociedade ao indivíduo. Nesses termos, a história política renovada assumiria uma prerrogativa hegemônica e determinante, atributos que a história econômica e a história social ostentaram por praticamente todo o século XX, e que foram criticados por Rémond.

Assim sendo, a história política renovada não seria parte de uma história total, mas seria a própria história para onde tudo

convergiria e de onde toda explicação sairia. Afinal, como diz Rémond: "... a política é um lugar de gestão do social e do econômico, mas a recíproca não é verdadeira". Rémond parece esquecer que o homem está imerso num tecido histórico formado por equivalentes fibras de ordem econômica, social, cultural, mental e política.

Por isso, a leitura da obra exige certos cuidados para que o historiador não faça da história política renovada a única via de explicação do processo histórico. Apesar de Rémond enfatizar que "... a história política não pensa em opor a hierarquia absoluta uma contra-hierarquia que a recolocaria no topo de uma pirâmide", uma *leitura indireta* dos artigos desvela a tendência de tornar a história política novamente hegemônica quando defende a idéia de que o político é, em um só tempo, a força centrífuga e centrípeta da sociedade global.